

REVISTA TAKA'A

AS HISTÓRIAS DOS POVOS INDÍGENAS QUE HABITAM O TERRITÓRIO DE MATUPÁ/MT

THE STORIES OF THE INDIGENOUS PEOPLE WHO LIVE IN THE TERRITORY OF MATUPÁ/MT

Selma Maria Silverio Da Silva Cabral

 ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-4295-9159>

 Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8193943230728885>

João Severino Filho

 ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-9421-7192>

 Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7460307084763089>

RESUMO

Esse texto foi produzido a partir de um recorte da pesquisa de dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ensino de Ciências e Matemática – PPGECEM – da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT – Campus Barra do Bugres, sobre diferentes aspectos da dinâmica do encontro cultural, na perspectiva de famílias indígenas que migraram para a cidade, tendo como tema: A dinâmica do encontro das famílias indígenas no espaço urbano de Matupá/MT e a escola como um lugar multicultural. Com enfoque nos processos de sua adaptação à vida urbana e dos seus filhos na escola. Buscamos descrever os motivos que levaram as famílias estudadas a migrarem para a cidade, e também mostrando a visão dos indígenas sobre como os habitantes não índios os acolhem e sobre as características dos relacionamentos estabelecidos até então. Desta forma contamos As Histórias Dos Povos Indígenas que Habitavam A Cidade De Matupá, para contar essa história nos baseamos nas Teses de Doutorado de Alceu Zoia e Paulo Augusto Mário Isaac e na pesquisa da autora Ester de Souza Oliveira. Essas Pesquisas contam elementos históricos da constituição do povo Terena e Kayapó e suas organizações produtiva, política, cultural, educacional e a identidade desses povos. Buscando compreender o processo de construção social da Comunidade estudada através de relatos orais, documentais e coleta de dados para saber o modo de vida de um povo e sua história.

Palavras-chave: Narrativas Indígenas. Encontro entre Culturas. Conflitos Territoriais.

ABSTRACT

This text was produced from an excerpt from the dissertation research presented at the Stricto Sensu Graduate Program in Teaching Science and Mathematics – PPGECEM – at the State University of Mato Grosso – UNEMAT – Campus Barra do Bugres, on different aspects of dynamics of the cultural encounter, from the perspective of indigenous families who migrated to the city, with the theme: The dynamics of the encounter of indigenous families in the urban space of Matupá/MT and the school as a multicultural place. Focusing on the processes of their adaptation to urban life and their children at school. We seek to describe the reasons that led the studied families to migrate to the city, and showing the Indigenous people's view on how the non-indigenous inhabitants welcome them and on the characteristics of the relationships established until then. In this way we tell The Stories of the Indigenous Peoples that Inhabited the City of Matupá, to tell this story we based on the Doctoral Theses of Alceu Zoia and Paulo Augusto Mário Isaac and on the research of the author Ester de Souza Oliveira. These Research tell historical elements of the constitution of the Terena and Kayapó people and their productive, political, cultural, educational organizations and the identity of these peoples. Seeking to understand the process of social construction of the Community studied through oral and documentary reports and data collection to know the way of life of a people and its history.

Keywords: Indigenous Narratives. Meeting of Cultures. Territorial Conflicts.

INTRODUÇÃO

O Município de Matupá, distante 780 km da Capital Cuiabá, faz limite com os Municípios mato-grossenses de Guarantã do Norte, Peixoto de Azevedo, Novo Mundo e Nova Guarita e com Novo Progresso, do Pará. A fundação da cidade de Matupá é creditada à família Ometto, através da Agropecuária do Cachimbo S/A. Considera-se como data de fundação de Matupá o dia 19 de setembro de 1.984.

Neste artigo, buscamos apresentar a história dos povos indígenas que habitaram a região norte mato-grossense, onde atualmente se situa o Município de Matupá, a partir das narrativas deles próprios.

Primeiramente, abordaremos aspectos da história do Povo Terena, enfatizando suas vivências e conflitos gerados pelo encontro com a cultura não indígena, durante o percurso de sua migração, cuja primeira etapa teve início no Paraguai e finalização na fronteira desse país com o Brasil, quando habitaram a Reserva Indígena Buriti, no Mato Grosso do Sul. Após, partiram para uma jornada com diversos encontros sangrentos e conflituosos com a sociedade não indígena, até chegarem em Matupá-MT

As informações sobre o percurso histórico dos indígenas Kayapó, foram narradas por descendentes de famílias Kayapó que saíram da aldeia Kubenkakre, no Estado do Pará, e vieram

para o Mato Grosso, onde se dividiram, formando três grupos, um grupo se instalou e construiu sua aldeia no município de Matupá MT.

Para contar essa história, tivemos como principais fontes bibliográficas, as Teses de Doutorado de Alceu Zoia e Paulo Augusto Mário Isaac. A Tese de Zoia, cujo tema discorreu sobre “A Comunidade Indígena Terena do Norte do Mato Grosso: infância, identidade e educação”, foi apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás. A Tese de Paulo Augusto Mário Isaac, com a temática, “Modo de Existir Terena na Comunidade Multiétnica que Vive em Mato Grosso, foi apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

A DIÁSPORA TERENA: VIVÊNCIAS E TRUCULÊNCIAS PELO CAMINHO

Nesta seção, trataremos sobre a jornada do Povo Terena, enfatizando suas vivências e encontros conflituosos pelo caminho, desde a partida da fronteira do Paraguai com o Brasil, quando, ao passarem para o lado de cá, se instalaram ainda na fronteira, chegando até a Reserva Indígena Buriti. Trata-se de uma área localizada nos municípios de Aquidauana e Dois Irmãos do Buriti, no Estado de Mato Grosso do Sul, que estava, ainda em processo inicial da demarcação de aproximadamente 80 mil hectares, que concluiu com uma reserva de apenas 2.900 hectares.

Devido a invasão dos fazendeiros e ao aumento populacional, esse espaço se tornou insuficiente, tornando a vida desse povo uma história de sofrimento. Nesse sentido, a história narrada aqui, objetiva contar a caminhada do Povo Terena na busca de uma área de terra que contemplasse todas as famílias de forma que tivessem espaço suficiente para plantar, colher e viver conforme seus costumes e tradições.

O Povo Terena tem uma história de luta pela sobrevivência que, necessariamente, passa pelo direito há um território demarcado. Saíram pelas estradas, enfrentando desafios, perigos, se instalando em fazendas, no Município de Rondonópolis, vivendo nas periferias das cidades, executando bloqueios de rodovias para chamar a atenção dos governantes e impor sua existência enquanto povo.

Sua luta pela conquista desse território, tem suas memórias mais antigas e árduas na guerra do Brasil contra o Paraguai. Nessa guerra foram enviados soldados Terenas para guerrilhar a favor do Brasil, a partir de um pacto com o governo que garantiria suas terras na região fronteira entre os dois países, no Chaco Paraguai. Porém, esse pacto não foi cumprido,

quando o Brasil ganhou a guerra. Assim, quando os guerreiros Terena retornaram para suas aldeias, elas já estavam tomadas pelos fazendeiros, os quais possuíam mais poder de armamentos. Isso resultou na expulsão dos indígenas daquela localidade.

Segundo o depoimento de um ancião indígena Terena, Senhor Aristides, seu povo pertencia originalmente à região do Chaco Paraguai. Lá, ocorreram uniões interétnicas entre eles e os não indígenas Paraguaiois.

O meu avô era paraguaio e casou com uma índia e teve um filho, e esse filho que teve com a índia que foi meu pai, o meu pai teve sangue Paraguai, é daí a descendência do povo Terena com o povo Paraguai (Aristides, depoimento cedido em maio 2021).

Conta o Senhor Aristides, que o Povo Terena saiu expulso do Paraguai e que, durante a guerra, para não serem mortos, cruzaram o Rio Paraguai. Os que não sabiam nadar colocavam os cavalos para atravessar o rio e se seguravam no rabo dos animais, até chegarem do outro lado, no território brasileiro. Dessa forma, adentraram no Brasil.

Segundo ele, essa história de fuga e sofrimento foi contada pelos mais velhos, que com medo de voltarem a sua terra de origem, iniciaram sua caminhada, em busca de um pedaço de chão para alojar, com dignidade, suas famílias. E foi assim que chegaram ao Estado de Mato Grosso do Sul.

Segundo Isaac, (2004, p.74), “A maioria dos membros da Comunidade Terena-MT é oriunda da Reserva Indígena Buriti, uma área de 2.900 hectares localizada nos municípios de Aquidauana e Dois Irmãos do Buriti, no Estado de Mato Grosso do Sul”.

Segundo a pesquisa de Isaac, os indígenas Terena migraram para o território da Reserva Buriti, localizada no Município de Mato Grosso do Sul, a partir da segunda metade do Século XVIII, entre os anos de 1760 e 1767, quando os Terena ocuparam uma área extensa. Conforme relata o ancião Aristides:

Os fazendeiros invadiram nossas terras, tomaram muito da nossa área, aí ficou só dois mil e pouco hectares, quando eles chegavam para expulsar nós, eles queimavam pilha de arroz, paiol de milho, as casas eles derrubavam tudo. Eles chegavam e falavam tirem da casa tudo que vocês quiserem, o que sobrar vamos meter fogo, e vocês podem correr se não vamos matar todo mundo (Aristides, depoimento cedido em maio de 2021).

Com isso, os fazendeiros tomaram posse de praticamente toda a extensão da área de terra, deixando para os Terena, apenas uma pequena parte, com aproximadamente 2.900

hectares, que recebeu o nome de Reserva Aldeia Buriti. Essa área, a cada dia, se tornava menor pelo aumento da população indígena, tornando muito difícil a sobrevivência desse povo.

Conforme os relatos encontrados na Tese de Paulo Isaac, pela questão econômica e outros motivos familiares, um grupo constituído de quatro núcleos familiares, migraram para outra Reserva Indígena Guarani, localizada no município de Sidrolândia-MS. Esse grupo tinha como lideranças e base de sustentação, o casal de anciões Hélio Turi Rondon e Catarina Jorge.

A família de Hélio Turi Rondon, pertencente ao povo indígena Apyãwa, e Catarina Jorge, mesmo tendo dificuldades econômicas residiram em Sidrolândia por dois anos. Como observamos no depoimento de Micael, neto de Hélio Turi Rondon:

Quando meu pai Milton Rondon juntamente com meu avô Hélio Turi e família saíram para o Mato Grosso, percebi que era uma estratégia de meu pai ele falou: - “Nós vamos sair daqui do Buriti que é muito serviço e ganha pouco”. Eu lembro quando eu era criança que a gente trabalhava na usina, saíamos quatro horas da manhã para trabalhar na usina, ganhava uma diária praticamente para pagar o almoço, para comer mesmo para se alimentar. Então como o trabalho era muito escravo, meu pai resolveu sair com meu avô para o Mato Grosso (Micael, depoimento cedido em junho de 2021).

Então, decidiram lutar pelos seus sonhos de encontrar terras para morarem, na região do Povo Tapirapé, nome pelo qual são conhecidos os indígenas Apyãwa, cujo território, a Terra Indígena Urubu Branco, localizada a cerca de 30 Km da cidade de Confresa, Mato grosso, poderia haver um pedaço de chão para amparar sua família, por pertencer originalmente ao Povo Apyãwa, o senhor Hélio sabia que teria abrigo para sua família.

O casal pediu ajuda à Fundação Nacional do Índio (FUNAI) para apoiá-los na destinação de um lugar para ser demarcado como território de seu povo no Mato Grosso. O pedido foi atendido e, assim, saíram a família de Hélio e Catarina, um grupo composto por dezoito pessoas, em busca da “terra prometida”. Conta Micael:

Meu avô por ser Tapirapé a intenção dele era ir para o Mato Grosso para viver com os Tapirapés, sua aldeia fica no Mato Grosso no Município de Confresa, onde é muito rico em peixe, muita caça, mas como o recurso era pouco chegaram em Cuiabá e não teve mais onde ir, mas lá encontraram Hermes Borobó e se tornaram amigos, Hermes falou: - “Vamos para minha aldeia, bora comigo, leva seu povo para lá” (Micael, depoimento cedido em junho 2021).

Isaac (2004), fala em sua Tese sobre o acolhimento do povo Bororo para com o Povo Terena, quando a caminhada estava apenas em sua etapa inicial. Nesse tempo, estiveram por duas semanas na cidade de Cuiabá, até que lhes fossem providenciadas condições de

deslocamento para uma localidade denominada Pobore, na Área Indígena Bororo de Tadarimana (com 9.765 hectares), à margem do rio Vermelho, no município de Rondonópolis.

O cacique Hermes Aijako Borobó lhes cedeu uma área de terras para morar e praticar a agricultura no local. Uma vez instalado em Rondonópolis, o Grupo passou a ser identificado como Comunidade Terena de Mato Grosso e sua trajetória foi marcada por lutas pela sobrevivência e busca de um sonho: “A terra prometida”. Conforme relato de Micael:

Os Terenas já é de sua cultura ser agricultor, passando alguns anos na terra dos Bororos, os Terenas começaram a crescer, a produção agrícola aumentou, plantavam muito, eu lembro quando era pequeno meu pai plantava algodão, iam pessoas colher e faziam a venda para sustentar o povo Terena. Com isso foi crescendo e além disso foram chegando mais gente Terena vindo do Mato grosso do Sul, aí o povo Bororo não gostaram dessa vinda de mais gente e não aceitaram. Então meu pai Milton Rondon fez uma reunião e decidiu sair com o grupo, mas foi uma saída amigável, não teve conflito de briga nada. Até hoje nós somos muito respeitados por eles, e nós também respeitamos muito eles (Micael, depoimento cedido em junho de 2021).

Nesse contexto, Isaac (2004) fala sobre o embate do Povo Bororo com o Povo Terena:

A justificativa dos Bororo era que a integridade de suas terras estava ameaçada, tanto pela ocupação cada vez maior de famílias Terena, quanto pela sua prática de arrendamento de terras para trabalhadores rurais moradores do entorno da Área. Os Terena negam que tenham arrendado terras e acusam indigenistas da FUNAI e de missões religiosas católicas (salesianos e diocesanos) de insuflarem os Bororo contra eles. Para Milton Jorge Turi Rondon, tais agentes de contato só conseguiram convencer os Bororo porque “não houve uma integração cultural entre os dois povos e a relação reduzia-se à questão econômica” (Isaac, 2004, P. 77 e 78).

Com esse embate e a decisão das famílias indígenas de saírem das terras dos Bororos, o grupo foi para o setor Urbano, na cidade de Rondonópolis, precisamente na periferia. Lá a vida se tornou ainda mais difícil. As mulheres trabalhavam como empregadas domésticas, isso quando arrumavam trabalho. Alguns homens trabalhavam em fazendas da região e outros se empenhavam em ir para o rio pescar e tentar levar peixe como alimento para o grupo.

Na época da piracema não podiam pescar, mas infringiam a lei, pescando com rede e tarrafa, e assim provocavam conflitos com os órgãos ambientalistas, levando esses órgãos a tomar medidas mais rígidas com a proibição definitiva da pesca pelos índios. Com essa medida os meios de subsistência daquele povo em diáspora ficaram muito restrito, somando-se ao crescente desemprego na cidade e no campo, fez com que a miséria tomasse conta do povo.

Então, mais uma vez tiveram que pedir ajuda para Núcleo Regional da FUNAI de Rondonópolis, órgão que não concordava com a saída do povo Terena do Mato Grosso do Sul e queriam que eles voltassem. Micael conta um episódio que ocorreu:

Teve logo no início uma situação que o grupo Terena enfrentou, foi de que a gente não era mais índio, esse foi um passo que meu pai Milton Rondon lutou muito, na verdade nós já estávamos mesmo sem usar os artefatos, porque a gente não tinha área, não tinha terra, mas a gente começou a fazer o cocar, a pintar e a fazer e usar colares, para a gente ser identificados como indígenas. Sendo que isso era uma questão política para jogar a sociedade contra nós, e fazer a gente voltar para Mato Grosso do Sul (Micael, depoimento cedido em junho de 2021).

Conforme exposto por Zoia (2009), apud Isaac (2004), quando houve a situação dos governantes não reconhecerem o grupo Terena como indígenas, e sim como sem terras, aconteceram muitas contradições. Isso os deixavam totalmente desamparados por parte dos órgãos governamentais. A FUNAI não prestava mais atendimentos porque não eram mais considerados indígenas. O INCRA, por sua vez, também se recusava a atendê-los, porque, na situação de serem considerados indígenas, se não se cadastrassem como trabalhadores sem-terra, esse órgão não poderia lhes prestar serviços.

Dessa forma, os indígenas se recusavam porque isso implicaria na renúncia de sua identidade, “o ser índio”, de tutelados da FUNAI e com essa aceitação passariam a ser cidadãos criminalmente imputáveis. Segundo Zoia:

Vistos como indivíduos presos a um estado de natureza, os índios ainda são estigmatizados e discriminados nos diversos momentos de interação com a sociedade envolvente. Estigma este que poderia ser minimizado se na escola houvesse espaço para a reflexão sobre as minorias étnico-culturais que compõem a sociedade brasileira (Zoia, 2009, p.53).

Na presença dessa indefinição por parte dos dois órgãos FUNAI e INCRA, no que se refere a dar assistência a esse grupo, e o paradoxo entre ser ou não ser indígena, o preconceito da sociedade local quanto aos índios que vivem em contextos urbanos e a falta de perspectivas para o futuro, levaram-nos a tomarem decisões mais radicais, iniciando uma longa luta pelos seus direitos de serem proprietários de suas terras no Mato Grosso. Em relação a esse embate Micael conta que:

Foi ai que meu pai Milton Rondon conheceu o professor Paulo Isaac, e ai o avanço foi muito grande, porque ele já era um professor de Universidade era um pesquisador e tinha muita força por trabalhar com os direitos humanos, então foi uma força tremenda, ele e meu pai se tornaram muito amigos, muito parceiros de luta, ele como não indígena conhecia mais da burocracia, e esse momento foi fundamental na busca do apoio dos governos junto com a FUNAI, então meu pai e ele sempre pediam o apoio e documentavam tudo, e foi daí que começaram os protestos e fechamento das BRs 163, 364 (Micael, depoimento cedido em junho de 2021).

Como Isaac (2004) enfatiza, a primeira medida que o grupo Terena tomou foi a formação da Associação dos Trabalhadores Indígenas Recanto Pontal - Povo Indígena Terena, com os objetivos de conseguir recursos junto aos órgãos governamentais de assistência social

e de produção agrícola, como também, de torná-los visíveis à sociedade de contato e serem reconhecidos como indígenas pela FUNAI, e pela sociedade abrangente, para, a partir daí, conquistar uma área de terras para a produção de sua subsistência material e desenvolver suas atividades socioculturais.

O que os motivou a organizá-la foi o anúncio do Governo do Estado de Mato Grosso, de um convênio com o PRODEAGRO – Programa de Desenvolvimento Agroambiental, órgão do Banco Mundial, visando à implementação de um programa de agricultura sustentável para as populações indígenas.

Essa perspectiva cessou quando o grupo Terena esbarrou no problema da falta de uma área de terras para praticar a agricultura. Começou aí uma história de luta, violência e muitas truculências pelo caminho da autoafirmação social que mobilizou órgãos governamentais e a sociedade local, regional (MT) e nacional e teve ampla repercussão político-social, a partir dos meios de comunicação de massa. Segundo Isaac:

O reconhecimento étnico da Comunidade se deu, oficialmente, no dia 28 de março de 1998 quando a FUNAI-DF mandou representantes de Brasília para uma reunião com o Grupo. Esta reunião se constituiu em um marco histórico, porque a FUNAI os reconheceu como indígenas e determinou que a Superintendência de Cuiabá lhes prestasse assistência social e jurídica. Além disso, eles conseguiram colocar sua situação social na mídia e angariaram apoio de importantes segmentos sociais, tais como políticos, intelectuais, entidades e instituições civis e religiosas, além de demonstrar publicamente a sua capacidade de organização e força política (Isaac, 2004, p.80).

Com isso, o grupo de indígenas agora intitulados “índios” reuniram forças para lutarem por suas terras, e a FUNAI estava disposta em ajudá-los. Em uma reunião representantes da FUNAI prometeram empenho do Órgão na compra de uma área de terras. Felizes com o apoio e promessas, foram conhecer algumas fazendas na região de Rondonópolis, mas as frustrações vieram em seguida com a mobilização de outros interesses por parte de fazendeiros e políticos interessados em vender terras inférteis ou localizadas em áreas de litígio.

Diante de tantas propostas, apenas três fazendas foram quase negociadas, uma delas os indígenas chegaram a morar, com o consentimento do fazendeiro proprietário e de políticos da região. Ela ficava a aproximadamente 11 Km da Cidade de Rondonópolis, com o nome de Fazenda Campo Novo, era uma área de 2.484 hectares. Mas, sob a alegação de que havia irregularidades na documentação da propriedade, o processo não foi concluído, e os indígenas foram expulsos e ameaçados por jagunços armados.

A segunda, foi a Fazenda Mirandópolis, localizada no município de Juscimeira-MT. Essa, o fazendeiro desistiu da venda por não concordar com o valor da proposta de preço de mercado apresentada pelo Governo.

A terceira foi no Complexo Tarumã, com 8.420 hectares, localizada no município de Guiratinga, a cinquenta e três quilômetros de Rondonópolis. Essa já tinha sido negociada entre o Governo e o fazendeiro, porém houve empecilho do INCRA, órgão que se propôs a destinar os recursos para a compra, alegou que os indígenas “não faziam parte de sua clientela”, não concluindo o processo.

A DIÁSPORA INDIGENA KAYAPÓ: OS DIZERES E FAZERES DE UM POVO

Nessa seção mostraremos também o percurso histórico contado por indígenas Kayapó, enfatizando os dizeres e fazeres desse povo, veremos a história de famílias Kayapó que saíram da Aldeia Kubenkakre, no Pará, vieram para o Mato Grosso e se dividiram, formando três grupos. Um grupo se instalou e construiu sua aldeia no Município de Matupá MT, denominada (Poreby), os outros se fixaram nos Municípios vizinhos, Guarantã do Norte, MT (Omykkākum) e Peixoto de Azevedo, MT (Kororoti). Contudo, trataremos aqui, do grupo das famílias Kayapó que se instalaram sua aldeia (Poreby), no Município de Matupá, MT. Esse percurso teve muitos desafios e lutas de sol a sol, na busca dessas áreas de terra para construir novas aldeias, tirarem o sustento e viverem em harmonia, como relata a avó do indígena Karangré:

Quando morávamos na aldeia Kubenkakre tinha mais ou menos 2000 indígenas nessa aldeia, e depois foram se separando em grupos das famílias e parentes, foram saindo e formando outras aldeias, porque sempre acontecia de uma família falar da outra de longe de criticar mesmo! aí se dividiam (Karangré, depoimento cedido em outubro de 2021).

Como vimos, a família com a qual dialogamos para a produção das informações que compuseram esse trabalho, morava, anteriormente, em uma grande aldeia, denominada Kubenkakre, na região do Pará, localizada nas proximidades da cidade de Altamira e Novo Progresso. Segundo nossos interlocutores, nessa aldeia viviam cerca de 2000 indígenas Kayapó.

Ainda, segundo eles, em determinado tempo, as famílias dessa aldeia iniciaram um movimento de migração para outras regiões, se dividindo em pequenos grupos e formando outras aldeias, para viverem em harmonia. Porém, segundo Karangré, o grupo ao qual ele pertence já é resultado de uma subdivisão do grupo que migrou da Aldeia Kubenkakre.

Quando saímos da aldeia Kubenkakre fizemos a Aldeia KakamKubem que ficava na região entre Mato grosso e Pará, porém era um lugar de difícil acesso, para chegar lá

só ia de barco e demorava em média de oito a nove horas de viagem, por esse motivo eu e minha família resolvemos sair de lá, mas ficamos lá meus parentes, tio, mãe do meu pai e outros, mas trouxeram ela para a região do Pará próximo a cachoeira da Serra no Município do Pará (Karangré, depoimento cedido em outubro de 2021).

Perante este relato, podemos afirmar que uma das características da personalidade cultural do povo Kayapó é a atitude de marcar territórios e ir dividindo os grupos familiares, a medida em que seus membros vão aumentando. Esse fenômeno é narrado pela indígena anciã Nhakro Mekragnotire.

Minha terra era menkragnotire lá que eu cresci e vivi, e depois fui morar na e Kubenkankre teve a divisão, uns ficaram na região do Pará, e nós viemos pra cá, os meus netos eram crianças e viemos para dentro da reserva menkragnotire na divisa com os povos Panará, e lá começamos a viver fazer roça, lugar lá era bonito, bom de viver, mas o acesso era difícil, a gente pegava barco de madrugada e chegava de tarde, aí a gente não gostou e reunimos com todos para sair e fazer outra aldeia, e daí fomos conversar com Megaron Txucarramãe que era coordenador da FUNAI, e ele deu apoio pra nós ficar na divisa com os povos Terena, ele deu suporte pra nós, liberou carro. Então fomos para aldeia Turipuku, ficamos lá, olhamos a terra, vimos que lá era bom de morar, mas não tinha água, rio grande só riozinho e a gente precisa muito de rio, pra pescar tomar banho, aí fomos para Kuxonety, do cacique Cirenio e fomos pra lá e fizemos aldeia Mokrore que agora se chama Poreby e aí estamos morando até hoje na terra deles dos Terenas, perto do rio Iriri (Anciã: Nhakro Mekragnotire, depoimento cedido em outubro de 2021).

Vimos que é um povo que valoriza a natureza preservada e usufruem dela para seu sustento e higiene. Dessa forma, o Povo Kayapó tem uma tradição de serem guerreiros de luta pela preservação do meio ambiente e busca de sustento para suas famílias. Nas narrativas sobre a jornada do grupo, em direção ao Mato Grosso, há passagens de tragédias na vida do povo Kayapó. Como conta o Cacique Kukai:

Meu pai Bepkum Caiapó era cacique geral da aldeia e se juntaram todas as lideranças das outras aldeias e foram até a cidade de Colider pegar a Van e foram para Brasília, onde tinham uma reunião com a FUNAI, na volta próximo da cidade de Nova Mutum aconteceu o acidente a van que eles estavam bateu de frente com um caminhão, nesse acidente morreu meu pai e mais 11 pessoas, um desses era filho do Cacique Rauni e teve só 4 sobreviventes (Cacique Kukai, depoimento cedido em outubro de 2021).

Essa história retrata grande tragédia e luto por muitas famílias Kayapó, que perderam seus entes queridos. Contudo, deixaram o legado de lutas pela preservação do meio ambiente e pela sobrevivência.

Uma das lutas do povo Kayapó que ficou conhecida mundialmente foi a jornada de protestos contra a construção da Usina Belo Monte, que fica localizada próxima ao município de Altamira, na bacia do rio Xingu, no norte do Estado do Pará. Essa obra foi idealizada em 1980, e foi interrompida várias vezes desde o início de sua construção em junho de 2011, pois

o povo indígena fez protestos e ocupações. Uma das interrupções também se deu pelo Tribunal Regional Federal e do Ministério Público, sob o argumento de que iria trazer impactos ambientais e afetaria as moradias e o sustento dos índios Kayapó e Ribeirinhos.

Essa foi uma luta árdua que teve dimensão internacional e envolveu vários artistas e uma liderança indígena muito respeitada na defesa do meio ambiente e pelos direitos dos povos nativos, o Cacique Raoni Metuktire (Figura 1).

Figura 1: Cacique Raoni protesta contra a construção de usina Belo Monte (PA)



Fonte: <https://www.pinterest.at/pin/249035054365319085/>

Porém, essa luta foi perdida e o povo teve que deixar suas moradias, as quais foram inundadas. A Usina Belo Monte foi inaugurada no dia 5 de maio de 2016, sendo reconhecida como a maior hidrelétrica 100% brasileira, com projeto de uma tecnologia preservacionista conhecida como fio d'água, sendo rígido na questão da sustentabilidade, se propondo a respeitar e cuidando do meio ambiente e das comunidades locais.

Para escrever a história dos Kayapó, analisamos algumas pesquisas sobre esse povo, tomamos como fio condutor, dados da pesquisa da dissertação de Sâmara Leíla Cunha Mendes, com a temática: Educação Indígena X Educação Escolar Indígena; Um Aprendizado Diferenciado, desenvolvida na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Essa pesquisa enfatiza o respeito pela educação indígena e a educação escolar indígena, mostrando o caminho na construção de uma escola que reconheça o direito e as diferenças dos povos indígenas.

Também, nos fundamentamos no artigo de Eliane da Silva Souza Pequeno, publicado em 2004, o qual tem como título: Trajetória da reivindicação Kayapó sobre a Terra Indígena

Badjônkôre. Esse artigo trata a amplitude da reivindicação de ampliação das terras Kayapó já regularizadas, as lideranças indígenas pleiteavam uma área que liga um ponto ao sul/sudeste da TI Kayapó (PA), englobando as terras incidentes desde a região situada à margem esquerda dos rios Fresco e Dourado, passando por toda a margem direita do alto e médio curso do rio Xingu e pela região da confluência entre os rios Xingu e Liberdade, até alcançar o marco geográfico do limite norte/nordeste da TI Capoto/Jarina (MT).

Estudamos e nos orientamos, também, na pesquisa da autora Ester de Souza Oliveira com o título: A terra (vivida) em movimento: nomeação de lugares e a luta Mëtyktire-Mëbêngôkre (Kayapó). Essa pesquisa foi defendida no Programa de Pós-graduação em Antropologia Social do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília. Nela, a autora busca compreender a dinâmica de intensa mobilidade e de nomeação de lugares que marcaram o período que antecedeu ao contato, observando as relações do Povo Kayapó nas terras, tal como é vivida. A partir do período pós-contato, retomo o processo de remoções, resistência e luta pela garantia da terra.

Essas pesquisas nos embasaram para contar a história do Povo Kayapó, onde tivemos a oportunidade de constatar alguns fatos relevantes em relação a educação, cultura, crenças, costumes no habitar do povo Kayapó. Segundo Pequeno (2004):

Os Kayapó pertencem à família linguística Jê e são um entre os vários grupos intimamente correlacionados do tronco linguístico Macro-Jê. [...] São inúmeros os exemplos de conhecimento ecológico das culturas indígenas que se pode apontar, uma vez que cada grupo indígena possui seus costumes, que de um modo ou de outro funcionam para preservar os recursos naturais (Pequeno, 2004, P. 254, 271).

O idioma linguístico Jê, falado pelo povo Kayapó, é um dialeto que se tornou diferenciado entre os grupos familiares, isso foi em decorrência das divisões que foram acontecendo, mas a característica da língua é abrangente em todos os grupos, conduzindo e identificando a particularidade de uma cultura comum.

O nome kayapó (por vezes escrito "kaiapó" ou "caiapó") foi nomeado pela primeira vez no início do século XIX. Porém eles não se autodenominam por esse termo, dado a eles por grupos vizinhos para nomeá-los e que significa "aqueles que se assemelham aos macacos", esse termo pode ser relacionado ao ritual no qual os homens kayapó usam máscaras de macacos, executam danças curtas. O nome Kayapó é uma denominação atribuída a eles pelos não indígenas dos primeiros contatos. Eles se autodenominam como Mëbêngôkre, "os homens do buraco/lugar d'água".

Em relação as aldeias kayapó tradicionais, são compostas por um círculo de casas construídas em torno de uma grande praça descampada (Figura 2). No meio da aldeia, há a casa dos homens, onde as associações políticas masculinas se reúnem cotidianamente. Esse centro é um lugar simbólico, origem e coração da organização social e ritual do povo Kayapó. Segundo consta no artigo de Eliane da Silva Souza Pequeno (2004):

A família Jê é representada pelos povos que se adaptaram ecologicamente a ambientes de cerrados e florestas de galerias do Planalto Central brasileiro, embora hoje, alguns desses povos vivam exclusivamente nas florestas e se distingam por um padrão cultural de divisões e segmentações internas, por aldeias circulares ou semicirculares localizadas quase sempre nas regiões de cerrado próximas de um curso d'água, afluente de um rio maior e não muito distantes das áreas de florestas, onde se fazem as plantações, estas voltadas para o curso d'água (Pequeno, 2004, p. 254).

Como fala Pequeno (2004), as aldeias do Povo Kayapó são construídas no formato circular ou semicircular e a Aldeia Mokrore, hoje chamada Aldeia Poreby, localizada a, aproximadamente, 200 Km de Matupá-MT, pertencente a um pequeno grupo familiar do Povo Kayapó, o qual a pesquisa retrata, foi construída nesse formato.

Figura 2: Aldeia Mokrore hoje chamada aldeia Porely do povo Kayapó



Fonte: pelo autor indígena Karangré (novembro de 2021)

Segundo Mendes (2018), Os Kayapó são conhecidos por uma organização circular, para caçar, usam trilhas de caça com caminho circular, onde esses locais de caça são em torno de áreas circulares, incluindo as roças. Eles relacionam agricultura com astronomia e, a terra para o povo indígena Kayapó, é uma representação da vida, onde se tem liberdade, constrói moradia, sobrevive e, também, lugar de aprender com a natureza através da cosmologia própria. Como diz Karangré:

As mulheres também trabalham ajudam os homens na plantação de milho, batata, mandioca e outras plantação. Antigamente as mulheres trabalhavam mais que os homens na roça, porque os homens iam caça, pesca, a cada ano as coisas mudam,

agora quando a gente faz roça as mulheres ajudam e deixam os filhos com os parentes mais velhos ou mais novas, que cuidam das crianças e fazem almoço (Karangré, depoimento cedido em outubro de 2021).

Como consta no artigo de Eliane da Silva Souza Pequeno (2004), os Kayapó cultivam em suas roças, o milho e diversas espécies de batatas, além de lavouras de mandioca, banana, urucu, abóbora, melancia, cará, arroz plantadas sempre em círculos.

Apesar da previsão constitucional e de leis que objetivam garantir a assistência e a tutela aos povos indígenas, percebe-se que na prática elas não são suficientes para encerrar os desafios enfrentados por eles.

Estes povos enfrentaram desafios, mortes, fome em busca de novos territórios seguros para viver. Historicamente, as dificuldades e incertezas contínuas sobre a garantia da retomada e preservação dos seus territórios tradicionais tem sido os maiores problemas enfrentados por eles. Hoje, existem mais de 420 terras indígenas de ocupação tradicional que são regularizadas, além de 36 reservas especiais.

O problema é que mesmo em terras de ocupação indígena legal e regularizada há disputas frequentes pelos territórios, principalmente por parte de madeireiros ou indústrias que buscam explorar os recursos da região e tentam expulsar os indígenas a qualquer custo.

Estes dois povos Kayapó e Terena, segundo relatos dos próprios indígenas, para chegarem ao município de Matupá – MT, percorreram um caminho de muitos obstáculos e resistência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, conhecemos um pouco da história dos povos indígenas que deram origem a essa pesquisa, sendo que esse percurso histórico foi contado por indígenas Terena que habitam na cidade de Matupá-MT, desde a sua migração do Paraguai para o Brasil se instalando na fronteira e chegando até a Reserva Indígena Buriti no Mato Grosso do Sul, em seguida os caminhos percorridos até chegarem em Matupá-MT e terem seus direitos sobre suas terras.

Nessa pesquisa vimos também o percurso histórico contado por indígenas Kayapó, onde mostramos o percurso histórico contado por eles, em que famílias Kayapó saíram da aldeia Kubenkakre, no Pará, vieram para o Mato Grosso e se dividiram, formando três grupos, um grupo instalou e construiu sua aldeia no município de Matupá MT.

Com as visitas rotineiras nas casas das famílias indígenas Terena e Kayapó, pudemos analisar a dinâmica do encontro das famílias Indígenas com as não indígenas, através da pesquisa etnográfica e assim sentimos o afago, humildade, sinceridade a simpatia e a bondade humana, esses são os povos indígenas.

A resistência e as reivindicações dos povos indígenas nas últimas décadas obrigaram os Estados a modificarem suas visões. Houve, assim, a elaboração de leis protegendo os direitos desses povos.

A Constituição Brasileira de 1988 anuncia o respeito aos direitos e liberdades fundamentais dos povos indígenas, o princípio de igualdade e de não-discriminação e, sobretudo, o direito à terra. Nesse mesmo sentido, a comunidade internacional elaborou textos e mecanismos para proteger os povos indígenas. Apesar disso, é possível verificar que os povos indígenas ainda não se beneficiam do gozo de todos esses direitos, mesmo com tantos textos internacionais, dos quais o Brasil é signatário, e nacionais com vistas a protegê-los.

Atualmente, com as perspectivas surgidas a partir das políticas destinadas aos povos indígenas, implantadas pelo governo federal, novos cenários se estabelecem no fortalecimento das lutas dos povos indígenas, pelo direito ao território e à livre prática de sua cultura.

REFERÊNCIAS

ISAAC, Paulo Augusto Mário. **Modo de Existir Terena na comunidade multiétnica que vive em Mato Grosso**, 235 p.: il. mapas, quadros 30 cm Tese (Doutoramento) Ciências Sociais – Etnologia Brasileira Orientadora: Dra. Carmen Sylvia de Alvarenga Junqueira s. n. 2004

MENDES, Sâmara Leila Cunha. **Educação indígena X Educação escolar indígena; Um aprendizado diferenciado**. Mestrado em ciências sociais. Universidade Católica de São Paulo. PUC – SP. 2018.

PEQUENO, Eliane da Silva Souza. **Trajatória da reivindicação Kayapó sobre a Terra Indígena Badjônkôre**. Revista de Estudos e Pesquisas, FUNAI, Brasília, v.1, n. 2, p. 249-288, dez. 2004

ZOIA, Alceu. **A comunidade indígena Terena do Norte de Mato Grosso: infância, identidade e educação**. 2009. 244f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, 2009.

Histórico

Submetido: 14 de março de 2024.

Aprovado: 08 de abril de 2024.

Licença de Uso

Licenciado sob Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0). Esta licença permite compartilhar, copiar, redistribuir o manuscrito em qualquer meio ou formato. Porém, não permite adaptar, remixar, transformar ou construir sobre o material, tampouco pode usar o manuscrito para fins comerciais. Sempre que usar informações do manuscrito deve ser atribuído o devido crédito de Autoria e publicação inicial neste periódico.

